

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*

**GÊNERO, DIVERSIDADE E
DIREITOS HUMANOS**

Redenção
Novembro/2018

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO
GÊNERO, DIVERSIDADE E DIREITOS HUMANOS

1. DADOS GERAIS

IDENTIFICAÇÃO	
CURSO:	Especialização em Gênero, Diversidade e Direitos Humanos.
ÁREA DO CONHECIMENTO:	CIÊNCIAS HUMANAS
CONVÊNIO:	-
UNIDADE RESPONSÁVEL:	Instituto de Humanidades (IH)
TELEFONE:	(85) 3332-1564
COORDENADOR(A) PEDAGÓGICO(A):	ANNE SOPHIE MARIE FREDERIQUE GOSSELIN DA SILVA
E-MAIL:	ANNESOPHIEGOSSELIN@UNILAB.EDU.BR
LINK DO CURRÍCULO LATTES:	http://lattes.cnpq.br/1025256038914826
MODALIDADE DE FUNCIONAMENTO:	CURSO PRESENCIAL () CURSO À DISTÂNCIA (X) CURSO SEMIPRESENCIAL ()
INÍCIO E TÉRMINO DE TURMA:	MAIO/2020 E NOVEMBRO/2019
DURAÇÃO DO CURSO (MESES) E TURNO DE FUNCIONAMENTO	18 MESES DIURNO (X) NOTURNO ()
CARGA HORÁRIA:	PRESENCIAL: 60 H A DISTÂNCIA: 360 H
CARGA HORÁRIA TOTAL:	420H
*Indicar o período de duração do curso e o turno, com a carga horária por turno, início e fim de cada turno. Indicar a carga horária total em sala de aula, em atividades práticas, atividades individuais, em grupo, fora de sala de aula.	
AValiação FINAL DO CURSO:	MONOGRAFIA () OU TCC (X)
ESPECIFICAR TIPO DE TCC:	ARTIGO CIENTÍFICO
LOCAL DE REALIZAÇÃO DO CURSO:	PÓLOS DE REDENÇÃO (CENTRO), BOA VIAGEM (CENTRO), ARACOIABA (CONJ. SOLON LIMAVERDE), ITAREMA (CENTRO) E SÃO FRANCISCO DO CONDE (CENTRO).
Nº DE VAGAS OFERTADAS:	150

2. HISTÓRICO DE INSTITUIÇÃO

HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

APRESENTAÇÃO:

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira se insere em um contexto dinâmico marcado pela cooperação com países parceiros do continente africano e asiático. Essa configuração não só é representativa dos laços históricos partilhados, mas também e, principalmente, da perspectiva de um porvir que está se construindo nesse processo de integração e cooperação. Ao considerarmos este um processo de mão dupla, ou seja, em que o conhecimento gerado é marcado pelo diferencial que lhe confere as diretrizes da UNILAB, potencializará novos horizontes epistemológicos e a formação de quadros de professores/as e pesquisadores/as comprometidos com a realidade social que os cerca.

O Projeto de Lei Nº 3.891, que dispõe sobre a criação da UNILAB, foi encaminhado ao Congresso Nacional no dia 25 de julho de 2008, pelo então presidente da República Luís Inácio Lula da Silva. Após a aprovação da redação final do Projeto de Lei Nº3.891/08 pelo plenário da Câmara de Deputados, em maio de 2010, a matéria foi encaminhada ao Senado Federal, onde foi aprovada pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Relações Exteriores, no dia 07 de julho de 2010. No dia 20 de julho de 2010, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, Luiz Inácio Lula da Silva sanciona a Lei Nº 12.289, que garante a criação da segunda universidade federal do estado do Ceará, a UNILAB.

Na criação da UNILAB transparecem dois importantes contextos dos rumos da educação superior: a interiorização e internacionalização do ensino público. Fala-se de interiorização porque a UNILAB vai ao encontro de objetivos centrais do governo federal em sua política de ensino: a expansão da rede de ensino superior e sua interiorização em áreas mais distantes dos centros urbanos desenvolvidos e a ampliação do acesso à educação superior, promovendo a inclusão social, contribuindo com desenvolvimento nacional. Desta maneira a UNILAB começou a ser pensada tendo como objetivo central a superação das desigualdades e a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável, capaz de conciliar crescimento econômico com justiça social e equilíbrio ambiental.

Por sua vez, fala-se em internacionalização porque o governo federal, através do Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001, destinou “às universidades o desafio de reunir em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, os requisitos de relevância, incluindo a superação das desigualdades sociais e regionais, qualidade e cooperação internacional”. Assim, além de buscar a superação das desigualdades internas, o projeto de criação da UNILAB coloca a universidade “como instância articuladora das relações acadêmico-científicas internacionais, captando, implementando e acompanhando projetos e parcerias que intensifiquem o

intercâmbio com instituições do exterior e que contribua na inserção do sistema de ensino superior Brasileiro no cenário internacional”.

De acordo com a legislação, a UNILAB tem como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional.

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da UNILAB está vocacionado para a cooperação internacional solidária, principalmente, com países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), com ênfase nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) tais como Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, e o Timor Leste.

A UNILAB tem como missão institucional produzir e disseminar o saber universal de modo a contribuir para o desenvolvimento social, cultural e econômico do Brasil e dos países de expressão em língua portuguesa – especialmente os africanos, estendendo-se progressivamente a outros países deste continente – por meio da formação de cidadãos com sólido conhecimento técnico, científico e cultural e comprometidos com a necessidade de superação das desigualdades sociais e a preservação do meio ambiente, conforme as diretrizes gerais da UNILAB, de julho de 2010.

A política de relações institucionais e internacionais da UNILAB parte do princípio de que o conhecimento em circulação na universidade, sem perder de vista a universalidade própria da ciência, deverá abrir espaço para o livre e amplo intercâmbio de conhecimento e cultura entre o Brasil e os países de expressão portuguesa. O principal objetivo desta política é, portanto, criar espaços e ampliar meios para que as instituições dos países parceiros da UNILAB desenvolvam este intercâmbio na perspectiva da cooperação solidária e da qualidade acadêmica com inclusão social.

Desde a sua criação em lei até o momento presente a UNILAB vem se implantando de maneira gradual e ampliando as oportunidades de acesso à educação superior em uma das áreas menos favorecidas do país, bem como favorecendo a cooperação solidária entre o Brasil e as demais nações lusófonas.

Atualmente, a instituição oferece 5 cursos de Pós-graduação Strictu Sensu (Mestrado Acadêmico em Sócio-bio-diversidades, Mestrado Interdisciplinar em Humanidades, Mestrado Acadêmico em Enfermagem, Mestrado Associado em Antropologia - Unilab/UFC, Mestrado Profissional em Matemática), 16 cursos de Graduação (Administração, Agronomia, Antropologia, Bacharelado em Humanidades, Ciências Biológicas - Licenciatura, Ciências da Natureza e Matemática, Enfermagem, Engenharia de Energias, Física - Licenciatura, História - Licenciatura, Letras - Língua

Portuguesa, Matemática - Licenciatura, Pedagogia - Licenciatura, Química - Licenciatura, Sociologia - Licenciatura), sendo 15 na modalidade presencial e 1 na modalidade à distância, e cinco cursos de especialização.

As atividades acadêmicas se concentram em dois estados: Ceará e Bahia. Nestes, concentram-se dois campi no Ceará: Campus da Liberdade (Redenção/CE); Campus das Auroras (Acarape/CE) e uma Unidade Acadêmica (Palmares) e na Bahia o Campus dos Malês (São Francisco do Conde/BA). A IES tem seis Institutos: Instituto de Ciências da Saúde; Instituto de Humanidades e Letras; Instituto de Ciências Sociais Aplicadas; Instituto de Engenharia e Desenvolvimento Sustentável; Instituto de Ciências Exatas e da Natureza; Instituto de Desenvolvimento Rural.

A UNILAB possui sete Pró-Reitorias: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação; Pró-reitoria de Ações Institucionais; Pró-Reitoria de Administração; pró-Reitoria de Planejamento; Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Estudantis; Pró-Reitoria de Extensão e Pró-Reitoria de Graduação. Os estudantes da graduação são contemplados com os seguintes programas: Programa de Assistência ao Estudante (PAES) e Programa Bolsa Permanência (PBP) e Programa de Iniciação Científica com bolsas da FUNCAP; CNPq e UNILAB e bolsas de extensão da UNILAB.

A UNILAB busca tornar-se um novo centro de referência e integração entre os países por meio da ciência e da cultura, constituindo-se espaço de cooperação, acúmulo e transferência recíproca de ciência e tecnologia, de intercâmbio de culturas e de promoção do desenvolvimento sustentável. Para tanto, os eixos sobre os quais se estruturam as atividades da nova universidade levarão em conta as principais demandas dos países em termos de formação.

No que se refere a Educação à Distância (EaD), a universidade possui: Curso EaD - Bacharelado em Administração Pública – UAB; Curso EaD - Especialização em Gestão Pública – UAB; Curso EaD - Especialização em Gestão Pública Municipal – UAB; Curso EaD - Especialização em Gestão em Saúde da Família – UAB, Curso EaD - Especialização em Gestão de Recursos Hídricos, Ambientais e Energéticos. Todos estes cursos estão vinculados ao sistema da Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Diante do fenômeno da transição educacional, a EaD oferece possibilidades de uma nova prática educativa e social, por suas características e sua forma de organizar a aprendizagem e os processos formativos. Exige, pois, uma organização de apoio institucional e uma mediação pedagógica que garantam as condições necessárias à efetivação do ato educativo. Pois, na EaD, quem ensina não é um professor, mas uma instituição”. Trata-se de uma ação mais complexa e coletiva em que todos os sujeitos do processo ensino e aprendizagem estão envolvidos direta ou indiretamente: de quem vai conceber e elaborar o material didático a quem irá cuidar para que este chegue às mãos do estudante, do coordenador de curso ao orientador (tutor), do autor ao

tecnólogo educacional (instrucional designer), do editor ao artista gráfico (web designer). A EaD deve ser pensada, então, e implementada pela “instituição ensinante” numa perspectiva sistêmica, dessa forma, a UNILAB vem se inserindo nessa perspectiva.

A Diretoria de Educação Aberta e a Distância (DEAAD) da UNILAB é a unidade responsável em estabelecer políticas institucionais de Educação Aberta e a Distância e viabilizar a participação da Unilab nos programas e editais da Universidade Aberta do Brasil (UAB). A DEAAD está vinculada à Reitoria e tem como finalidade coordenar, supervisionar e dar apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão, cultura e desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, exercidas mediante ações de Educação à Distância.

ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA DO CURSO PROPOSTO:

As atividades administrativas e acadêmicas da UNILAB se concentram nos Estados brasileiros do Ceará e da Bahia. No Ceará, a universidade conta com unidades nos municípios de Redenção e Acarape, região do Maciço de Baturité. O curso será ofertado para os pólos EaD que estão localizados nos municípios cearenses de Redenção, Aracoiaba, Boa Viagem, Itarema e São Francisco do Conde, na Bahia.

A região do Maciço de Baturité está localizada no sertão central do estado, distante aproximadamente 60 km de Fortaleza. É formada pelos municípios de Palmácia, Pacoti, Guaramiranga, Mulungu, Aratuba, Baturité, Capistrano, Itapiúna, Aracoiaba, Redenção, Acarape, Ocara e Barreira. Possui uma área de 3.709 km². A população do Maciço do Baturité conta com 210.317 habitantes, sendo 94.974 pessoas (45,16%) na zona urbana e 115.343 pessoas (54,84%) na zona rural (MDA/SDT/CONSAD,2010). Com a presença da UNILAB nos territórios de Redenção e Acarape, a região conta com um importante pólo educacional de nível superior que aglutina e forma profissionais desses vários municípios, além de municípios circunvizinhos como o de Boa Viagem e Itarema.

Segundo os indicadores sociais de referência da Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará (SEPLAG, 2011), quanto ao desenvolvimento social na região do Maciço de Baturité, os dados apontam: existência de graves carências quanto à oferta dos serviços de saúde na região, atendimento da demanda reprimida para a assistência hospitalar e ambulatorial, falta de assistência psicossocial para a faixa etária infanto-juvenil, insuficiência na oferta de medicamentos alopáticos e fitoterápicos, ausência de laboratórios de análises clínicas para realização de biópsia, carência de qualificação profissional na área de educação e demais áreas, evasão escolar e baixo índice de aprovação, fragilidade dos sistemas de garantia do direito da criança e do adolescente, migração da juventude para os grandes centros urbanos, pela falta de oportunidade nas áreas de profissionalização e geração de renda, sistema de

saneamento básico deficitário, falta de sensibilização e conscientização da população de como lidar com a produção e destino do lixo (SEPLAG, 2011: 46-47).

O Maciço do Baturité é carente de instituições científico-acadêmicas e da presença do Governo federal, sendo também ausente na região a oferta de formação em nível de pós-graduação. Diante deste cenário a universidade pode vir a contribuir para atualizar o debate sobre gênero e direitos humanos, bem como prevenir as violências e desigualdades de gênero na região, com repercussão no seu entorno e em articulação com o Governo do Estado do Ceará - por meio das Coordenadorias Estaduais de Direitos Humanos, da Mulher e da população LGBT, assim como de prefeituras municipais por meio de seus titulares e da Associação dos Municípios do Maciço do Baturité.

3. PROPOSTA DO CURSO

PROPOSTA DO CURSO
JUSTIFICATIVA:
<p>O curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gênero, Diversidade e Direitos Humanos (GDDH) aborda a promoção da equidade de gênero e do reconhecimento da diversidade de orientação afetivo-sexual e/ou identidade de gênero. Destaca o respeito à diversidade, o enfrentamento ao preconceito, à discriminação e à violência relacionada ao sexismo, a misoginia e à LGBTfobia. O curso fornece elementos para transformar as práticas das políticas públicas, desconstruir preconceitos e romper o ciclo de sua reprodução. Por meio deste curso, os profissionais adquirirão instrumentos para analisar e lidar com as atitudes e os comportamentos que envolvam as relações de gênero e suas interseccionalidades notadamente no plano dos direitos humanos.</p> <p>A violência é um fenômeno fruto das relações humanas. No âmbito internacional, a temática da universalização dos direitos humanos se dá principalmente a partir do segundo pós-guerra, como consequência das inúmeras violações sofridas por milhões de seres humanos, em decorrência da violência exacerbada e letal. Segundo Piovesan (2010:4-6),</p> <p style="padding-left: 40px;">(...) em face das atrocidades cometidas durante a Segunda Guerra Mundial, a comunidade internacional passou a reconhecer que a proteção dos direitos humanos constitui questão de legítimo interesse e preocupação internacional. (...) o assim denominado Direito Internacional dos Direitos Humanos surge com a finalidade de oferecer à pessoa humana mecanismos apropriados para resguardar não apenas os direitos que lhe são inerentes, mas também, os que tem sido conquistados ao longo da história, assim como a promoção de outros que lhes sejam essenciais.</p>

Reconhecendo o caráter histórico e instrumental com a finalidade de alcançar os valores mais caros à humanidade, Luño (2010:50) define os direitos humanos como: “Um conjunto de faculdades e instituições que, em cada momento histórico, concretizam as exigências da dignidade, da liberdade e da igualdade humanas, às quais devem ser reconhecidas positivamente pelos ordenamentos jurídicos no nível nacional e internacional.”

Por outro lado, do ponto de vista político e jurídico, autores alertam para a necessidade da ampliação conceitual e de uma interpretação mais crítica sobre os direitos humanos, que considere também o caráter ideológico de tais concepções, visto que, estes não podem estar restritos a uma concepção ocidental liberal, que fora capitaneada pela Organização das Nações Unidas, a partir da Declaração Universal de Direitos do Homem, de 1948. Daí a crítica de Santos (1997, p. 112), ao afirmar que “as políticas de direitos humanos estiveram em geral a serviço dos interesses econômicos e geopolíticos dos Estados capitalistas hegemônicos.”

Aguiar (2012: 14) ratifica que em um “contexto globalizado em que todos estão inseridos, faz-se necessária uma ruptura da ideia de direitos humanos homogeneizada, pois, apesar da relevância do processo de universalização de tais direitos, sua legitimação e concretização ainda precisa se dar na esfera local, correndo o risco de se tornar mera retórica, ou pior, instrumento de alienação e destruição das culturas particulares, caso assim não sejam entendidos. Portanto, percebe-se a importância de uma política de direitos humanos multiforme onde a educação se torna imprescindível como meio de semeá-las nas mentes e corações de modo a conscientizar e revolucionar a realidade da vida humana.”

Neste sentido, a educação é um terreno fértil para o aprendizado do humano. Na concepção freiriana, trata-se de uma formação que sempre é socio-histórico-cultural, onde se abre o horizonte para a busca de alternativas que apontem caminhos para utopias possíveis de reconstrução do humano pela cultura, pois “o utópico não é o irrealizável; não é o idealismo, é a dialetização dos atos de denunciar e anunciar, o ato de denunciar a estrutura desumanizante e de anunciar a estrutura humanizante” (FREIRE, 1980, p. 27).

Sobre as intenções políticas nacionais e internacionais no sentido de assegurar o direito à educação e à promoção e defesa dos Direitos Humanos, destacam-se as seguintes conferências e documentos ratificados e acordados por diversas nações, são elas: O disposto na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948; na Convenção sobre os Direitos da Criança, de 2 de setembro de 1990 (Decreto no 99.710, de 21 de novembro de 1990); na Declaração e Plano de Ação de Viena, adotados pela II

Conferência Mundial de Direitos Humanos de Viena, em 25 de junho de 1993; na Declaração de Princípios sobre Tolerância (proclamada em 16 de novembro de 1995, pela Conferência Geral da Unesco); na Campanha Global de Educação para a Paz, lançada em Haia em 1999; na Declaração das Nações Unidas sobre a Educação e Formação em Direitos Humanos (Resolução A/66/137/2011); na Declaração Universal sobre Diversidade Cultural (CLT.2002/WS/9/2015); no Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (PMEDH 2005/2019); na Agenda de 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável APROVADO PELA CONJUR-MEC/CGU/AGU (Resolução A/RES/70/1, de 21 de outubro de 2015); na Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969 (Decreto no 678, de 9 de novembro de 1992); na Constituição Federal de 1988; na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei no 9.394/1996); no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH/2006); no Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3/Decreto no 7.037/2009); nas Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (Parecer MEC/CNE/CP no 8/2012 e Resolução no 1, de 30 de maio de 2012); no Plano Nacional de Educação (Lei no 13.005, de 25 de junho de 2014), dentre outros.

O arcabouço de normas e recomendações jurídicas buscam fortalecer as responsabilidades dos Estados e da sociedade civil no intuito da promoção de uma sociedade mais sustentável e reconhecedora da diversidade e dos direitos humanos. Assim, é preciso estar atentos aos problemas que afligem a humanidade, que causam conflitos e desigualdades, sejam nas esferas pública ou privada. Desde modo, interessa-nos refletir o impacto das desigualdades de gênero, fruto das relações estabelecidas historicamente pelos papéis instituídos entre homens e mulheres.

O gênero é uma categoria de análise útil que nos ajuda a compreender como os seres humanos assumem responsabilidades, papéis e posições diferentes na sociedade. Introduzir uma análise de gênero na teoria e na prática de direitos humanos torna-nos especialmente sensíveis às diferenças entre homens e mulheres na sociedade e às formas específicas pelas quais os direitos humanos das mulheres são violados. É evidente que o pensamento sensível ao gênero deve ser promovido para se alcançar os mesmos direitos para todos, independentemente do gênero, cor, etnia e religião (GONZALEZ, 2017). Iniciativas nascidas tanto no desejo institucional de alguns organismos mundiais (a exemplo da Organização das Nações Unidas – ONU Mulheres), redes de mulheres e organizações comunitárias, como também na opinião pública dos atores da sociedade civil, têm desencadeado uma série de transformações que favorecem a igualdade de gênero como ideais de um segmento humanitário universal.

No entanto, o gênero é um conceito que não se dirige apenas às mulheres e aos seus direitos humanos, é antes um conceito mais complexo que inclui todos os sexos: homens, mulheres, assim como os transsexuais. Trata-se de um campo de estudo dinâmico das ciências humanas, onde a mulher e a população LGBT nunca estiveram tanto no centro da temática da humanidade e em consequência disso, existe uma constante produção de estudos, investigações e teorias.

Os estudos de gênero vêm se destacando, uma vez que, nos últimos anos, cresceu o número de pesquisas relevantes bem como a emergência deste campo originado a partir dos estudos feministas. Além do impacto acadêmico, a discussão sobre as questões de gênero mobilizam a sociedade a partir dos movimentos sociais com o amparo teórico da academia. Isto posto, o curso se justifica pela emergência do debate e pela qualificação em mais alto nível de profissionais das diversas áreas (gestão, educação, segurança pública, saúde etc.) e demais pessoas interessadas. A qualificação de profissionais é uma resposta positiva ao enfrentamento das violências contra as mulheres e as populações LGBTs no Brasil, no Ceará e Bahia e, mais particularmente, na região do Maciço de Baturité, onde faltam equipamentos públicos necessários para um maior e melhor acompanhamento dos casos, como Delegacia da Mulher e demais Delegacias de jurisdição especializadas, Conselhos de Direitos Humanos e Centros de Referência e de Direitos Humanos, bem como Casas abrigos. Considera-se ainda a inoperância de conselhos e a ausência de políticas públicas efetivas no interior do estado.

Os dados de violência doméstica e familiar contra as Mulheres e de assassinatos contra a população LGBT, apontam as graves desigualdades de gênero e a necessidade de políticas educacionais voltados para a temática de gênero e defesa dos direitos humanos.

OBJETIVOS:

Geral:

Fomentar a educação permanente, aperfeiçoando conhecimentos, habilidades e atitudes na perspectiva da promoção da igualdade de gênero e da garantia dos direitos humanos.

Específicos:

- Promover a qualificação sobre o debate das questões de gênero, direitos humanos, violência contra as mulheres e a população LGBT;
- Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes embasados em práticas e princípios éticos, de equidade de gênero e na defesa dos direitos humanos das populações socialmente vulneráveis, como mulheres e população LGBT, consideradas as suas interseccionalidades;
- Facilitar o desenvolvimento do saber-ser e do saber-conviver de forma a viabilizar a escuta e o respeito ao outro e o estabelecimento de relações solidárias que garantam um agir pautado pela justiça social e o respeito à cidadania;
- Possibilitar a continuidade da formação de profissionais de diversas áreas, dentre elas, educadoras/es, agentes da segurança pública, da saúde e demais

servidoras/es públicos (federais, estaduais e municipais) e a comunidade em geral;

- Fomentar e apoiar as políticas públicas de promoção da equidade de gênero.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

O curso proposto terá como competências e habilidades qualificar os profissionais, prioritariamente, da educação, e demais áreas (segurança pública, saúde, servidores públicos federais, estaduais e municipais e a comunidade em geral), para a execução e coordenação de atividades embasadas em princípios éticos de equidade de gênero, no exercício efetivo das políticas públicas de enfrentamento às violências e desigualdades de gênero nos setores sociais mais vulneráveis, estabelecendo vínculo com as populações em geral.

A presente proposta fundamenta-se no princípio do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2010), que promove a formação crítica de sujeitos/sujeitas com potencial para agir em defesa e proteção da dignidade humana, relacionando as dimensões cognitivas (o pensar e o processo de construção e apreensão do conhecimento) subjetivas (o sentir consigo e com o outro) e as práticas (as atitudes e comportamentos individuais e grupais e ações institucionais).

Neste aspecto, ainda segundo documento, a Educação em Direitos Humanos é compreendida como um processo sistemático e multireferencial que orienta a formação de sujeito/sujeita de direitos, articulando as seguintes dimensões:

- a. apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local;
- b. afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos nos diversos espaços da sociedade;
- c. formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente nos níveis cognitivo, social, ético e político;
- d. desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos orientados à mudança de mentalidades e de práticas individuais e coletivas que possam gerar ações e instrumentos em favor da defesa, da promoção e da ampliação das políticas dos direitos humanos.

PERFIL DO EGRESSO:

Do profissional egresso, espera-se que esteja capacitado para:

- a. compreender teoricamente o debate sobre gênero, diversidade e direitos humanos nas escolas e demais repartições;

- b. planejar, conduzir, realizar e avaliar pesquisas condizentes às políticas públicas de gênero e garantia dos direitos da diversidade;
- c. respeitar a diversidade de valores, crenças e comportamentos relativos à igualdade de gênero e à sexualidade, reconhecendo e respeitando as diferentes formas de vida e de orientação sexual, bem como o seu direito à expressão, garantindo a dignidade do ser humano;
- d. subsidiar organizações públicas e privadas no cumprimento de estudos, diagnósticos, na disposição de fóruns e debates que respondam às demandas de grupos sociais afetados pela desigualdade de gênero;
- e. reconhecer as construções sócio-culturais das masculinidades, feminilidades e transsexualidades, por intermédio de suas interseccionalidades, posicionando-se contra discriminações e preconceitos a eles associados;
- f. identificar e combater tabus e preconceitos referentes à desigualdade de gênero e sexualidade, evitando comportamentos discriminatórios e criminosos.

CONCEPÇÕES DO CURSO:

O curso estruturado em módulo como descrito no item abaixo (8) tem como referências teóricas principais a concepção interseccional dos estudos de gênero, sobretudo a partir da contribuição de Kimberle Creshaw, ancorando gênero ao debate étnico/racial e de classe, considerando que os estudos de gênero em si e por si sós não dão conta de realidades e fenômenos mais complexos nas sociedades contemporâneas. Além da contribuição teórica de Creshaw, destaca-se também a contribuição de Kergoat e Hirata, aportando os estudos de gênero no debate de classe através do conceito da consubstancialidade. Além dessas autoras, o curso recorre à contribuição teórica de autoras e autores destacados no seu campo específico e que, ultimamente, se colocaram, como referências: desde Beauvoir, um dos clássicos da área, a Butler, passando por Preciado. Destacam-se também os trabalhos de Ângela Davis, inspirado pelo Feminismo Negro, e inspiradora de tantos debates importantes para os estudos de gênero com destaque para a população negra e em especial para as mulheres negras. Das práticas e experiências, bem como do aporte teórico desenvolvido a partir da realidade brasileira, o projeto fundamenta-se teoricamente nas contribuições de feministas brasileiras, de estudiosas e de estudiosos na área dos estudos de gêneros, a maioria delas e deles referenciados no item 9 deste formulário. A metodologia incluirá a participação obrigatória do/a cursista no ambiente virtual de ensino (chats, fóruns e outras atividades) e a participação ativa destes nos encontros presenciais, assim como em todas as atividades de formação propostas pelo curso (videoaulas, videoconferências, palestras e mesas redondas).

O curso será desenvolvido em 7 módulos, totalizando 420 horas/aula. Os módulos estão descritos no item 8.1 deste formulário. Destaque-se que o trabalho de conclusão do curso (TCC) consistirá na elaboração de um artigo. Considerando o momento introdutório do curso e o de finalização/orientação do projeto de pesquisa/artigo, os componentes curriculares Introdução ao Curso de Especialização em Gênero, Diversidades e Direitos Humanos - Modalidade à Distância - e ao Ambiente Virtual de

Aprendizagem (AVA); Metodologia da Pesquisa em Gênero e Direitos Humanos; e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) contarão com dois encontros presenciais, com total de 8 horas/aulas, em cada componente curricular.

METODOLOGIA:

1. Metodologia de ensino

O curso de especialização em Gênero, Diversidades e Direitos Humanos será ofertado na modalidade à distância com encontros presenciais a cada conclusão dos módulos, apenas para a realização das avaliações. Para promoção das atividades, utilizar-se-ão:

- Textos impressos de apoio ao estudo, por disciplina;
- Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem (AVA) para comunicação entre os sujeitos e a disponibilização de textos complementares;
- Encontros presenciais para finalização dos módulos e defesa dos TCCs;
- Sistema de acompanhamento (tutoria).

2. Organização e funcionamento acadêmico e administrativo do curso:

As coordenações, geral e pedagógica, do curso serão exercidas por professores do quadro efetivo da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) com título de doutor. O curso contará com uma secretária e um funcionário, para atender as demandas administrativas.

3. Caracterização do curso

3.1. Período de Realização do Curso

Início previsto: 2018 Término: 2019

3.2. Polos de Realização do Curso: REDENÇÃO (CENTRO), BOA VIAGEM (CENTRO), ARACOIABA (CONJ. SOLON LIMAVERDE), ITAREMA (CENTRO) E SÃO FRANCISCO DO CONDE (CENTRO).

3.3. Carga Horária: 420 h/a

3.4. Finalidade: Formação de educadoras/es e gestores/as.

3.5. Número de vagas: 150.

3.6. Público Alvo:

- Serão destinadas 50% das vagas para professores e gestores que atuam no ensino básico da rede pública de ensino, tendo como requisito a graduação em curso superior.
- Serão destinadas 30% das vagas para ampla concorrência ao seguinte público: demais servidores/as públicos federal, estadual e municipal, gestores/as municipais, estudantes e comunidade em geral.

- Serão destinadas 20% das vagas para os extratos abaixo designados:

a. Pessoas auto-declaradas pardas, negras ou indígenas;

b. Pessoas auto-declaradas transsexuais;

c. Pessoas com deficiência;

d. Estudantes egressos da Unilab;

- Todas as vagas remanescentes serão destinadas a ampla concorrência.

4. Estrutura e Funcionamento

4.1. Processo Seletivo

Período de Inscrição (previsão): fevereiro/março 2018

Requisitos mínimos para Educandos/as: Ter concluído um curso de nível superior;

4.2. Documentos exigidos para inscrição (cópia com o original para comprovação):

- Cópia do RG ou Passaporte e CPF

- Cópia do diploma de graduação

- Cópia do Curriculum Vitae no formato Lattes (Plataforma CNPq) atualizado e com as devidas comprovações;

- Cópia do comprovante de exercício da docência;

4.3. Período Seleção: abril/2018

4.4. Critérios de Seleção: análise da documentação e pontuação do currículo

4.5 Dos Critérios de Desclassificação: serão desclassificados os candidatos que não apresentarem os documentos obrigatórios.

4.6. Frequência Mínima Exigida pelo Curso: 75% de frequência nos encontros, incluídos um encontro presencial mínimos por módulo.

4.7. Dados Resumidos do Corpo Docente:

Nº. total de docentes autores de módulos: 08

Nº. de docentes (tutores) de núcleo: 20

5. Critérios de Avaliação dos educandos:

Os docentes terão autonomia para avaliar o aluno por meio de atividades escritas ou outras estratégias. Para cada módulo terá uma avaliação. Serão atribuídas notas para cada módulo no valor de 0 (zero) a dez (10), considerando-se aprovado o aluno que obtiver média 7,0 (sete), correspondendo a 70% de aproveitamento, de acordo com a Resolução da UNILAB.

6. Avaliação Global do Curso

Ao final do curso, o aluno deverá ter média igual ou maior a 7,0 (sete) em cada módulo e também deverá desenvolver e defender trabalho de conclusão de curso (TCC), no formato de um artigo científico. A defesa do TCC se dará de forma presencial ou por meio de videoconferência.

7. CERTIFICAÇÃO: REQUISITOS E RESPONSABILIDADE

O aluno, se cumprir todos os requisitos obrigatórios para término de curso (aprovação em todos os módulos e apresentação do TCC com aprovação dos membros avaliadores), terá a titulação de especialista em Gênero, Diversidades e Direitos Humanos.

O certificado será emitido pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), através da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG), DRCA.

8. ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO

8.1. Matriz Curricular

Módulo 1: Formação conceitual

1.1 Introdução ao Curso de Especialização em Gênero, Diversidade e Direitos Humanos - Modalidade à Distância - e ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) 30 h/a;

1.2 Gênero e interseccionalidades: os desafios educacionais e o conhecimento do mundo social contemporâneo (30 h/a);

Módulo 2: Gênero, políticas públicas, educação intercultural e direitos humanos:

2.1 Gênero, políticas públicas e educação em direitos humanos (30h);

2.2 Colonialidade, interculturalidade, branquitude e movimentos sociais na luta pela igualdade de gênero (30h);

Módulo 3: Gênero, sexualidade e escola:

3.1 Gênero e sexualidades no ambiente escolar (30h);

3.2 Gênero, políticas educacionais e escola inclusiva (30h);

Módulo 4: Feminismos e políticas de enfrentamento à violência:

4.1 Gênero, raça/etnia e Feminismos (30h);	
4.2 Violência contra a mulher e políticas de enfrentamento à violência doméstica e familiar (30h)	
Módulo 5: Gênero, corpo e masculinidades positivas:	
5.1 Gênero, corpo e direitos (30h)	
5.2 Masculinidades positivas (30h)	
Módulo 6: Metodologia da Pesquisa em Gênero e Direitos Humanos (60h).	
Módulo 7: Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	
7.1 Elaboração de artigo científico (60h).	
AValiação Discente:	Metodologia de avaliação adotada pelo curso, consoante normas vigentes na UNILAB
Os docentes terão autonomia para avaliar o aluno por meio de atividades escritas ou outras estratégias. Para cada módulo terá uma avaliação. Serão atribuídas notas para cada módulo no valor de 0 (zero) a dez (10), considerando-se aprovado o aluno que obtiver média 7,0 (sete), correspondendo a 70% de aproveitamento de acordo com a Resolução da UNILAB.	

4. ESTRUTURA CURRICULAR DAS DISCIPLINAS

PROPOSTA DO CURSO	
DISCIPLINA:	Introdução ao Curso de Especialização em Gênero, Diversidade e Direitos Humanos - Modalidade à Distância - e ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).
CARGA HORÁRIA:	30 h/a
HORAS PRESENCIAIS:	8 h/a
HORAS À DISTÂNCIA:	22 h/a
EMENTA:	Introdução aos Estudos em Gênero, Diversidades e Direitos Humanos. Gênero como categoria de construção de conhecimento. O enfoque de gênero como categoria analítica, histórica e relacional. Perspectivas de pesquisa e atuação na área de gênero e direitos humanos. Introdução ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Ambiente virtual, tecnologias, comunicação, fórum de discussão, blogs, chats, mais recursos.
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	AGUIAR, Neuma (org.). Gênero e Ciências Humanas: o desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos, 1997.

	<p>BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo. 5 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.</p> <p>COSTA, Cláudia de Lima. O tráfico do gênero. Cadernos Pagu, n. 11, p.127-140, 1998.</p> <p>MACHADO, Lia Zanotta. Gênero: Um Novo Paradigma? Cadernos PAGU. São Paulo: Ed. UNICAMP, p.107 - 125, 1998.</p> <p><u>PEDRO, Joana Maria</u>. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. História [online]. 2005, vol.24, n.1, pp.77-98.</p> <p>SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, V. 16, n. 2, jul-dez.,1990, p. 5-22.</p> <p>LITWIN, Edith.(org.) Educação a Distância: temas para o debate de uma nova agenda educativa. Porto Alegre: Artmed. 2001.110 p.</p> <p>VAN DER LINDEN, Marta Maria Gomes. Diálogo didático mediado on-line: subsídios para sua avaliação em situações de ensino-aprendizagem. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2005.261 p. 11</p> <p>PALLOFF, R; & PRATT, K. O Aluno Virtual: um guia para trabalhar com estudantes on-line. Tradução: Vinícius Figueira. Porto Alegre: Artmed, 2004, 216 p.</p> <p>PRETI, Oreste(Org.) Educação a Distância: construindo significados. Brasília: Ed.Plano. 2000. 268 p.</p>
DISCIPLINA:	Gênero e interseccionalidades: os desafios educacionais e o conhecimento do mundo social contemporâneo
CARGA HORÁRIA:	30 h/a
HORAS PRESENCIAIS:	4 h/a
HORAS À DISTÂNCIA:	26 h/a
EMENTA:	Aspectos conceituais e metodológicos sobre gênero e sexualidades, e suas interseccionalidades, como: raça, geração e deficiências. O histórico dilema entre políticas por redistribuição e de reconhecimento. O papel dos movimentos sociais nas transformações sócio-culturais, nas áreas dos direitos humanos, cidadania, exclusão social e violência contra mulheres, LGBTfobia, etc. Histórico da incorporação do Estado de políticas afirmativas de gênero e sexualidades. O contexto contemporâneo das lutas por diversidade e o futuro de políticas pela igualdade com respeito às diferenças.
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	<p>CORRÊA, Sonia e PARKER, Richard. (Org.) Sexualidade e política na América Latina: histórias, interseções e paradoxos. Rio de Janeiro, ABIA, 2011.</p> <p>CRENSHAW Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Revista Estudos Feministas, n. 1, 2002.</p>

	<p>FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética? Lua Nova, São Paulo, v. 70, p. 101-138, 2007.</p> <p>MARIANO, Silvana Aparecida. CARLOTA, Mariano Cássia Maria. Gênero e combate à pobreza: Programa Bolsa Família. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 17(3): 312, setembro-dezembro/2009.</p> <p>MELLO, Luiz Mello; MAJORA, Walderes Brito, Daniela. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. Cadernos Pagu, v.39, p.403-429.jul.-dez. 2012:</p> <p>PIOVESAN, Flávia. Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 16, n.3, p. 424, set.-dez. 2008.</p> <p>CASTRO, Mary Garcia. Alquimias de categorias sociais na produção dos sujeitos políticos. Estudos Feministas, Rio de Janeiro, n. 0, 1992.</p> <p>Yannoulas, Silvia Cristina. Dossiê: políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho. Brasília: CFEMEA; FIG/CIDA, 2002. 93 p.</p> <p>CASTRO, Mary Garcia. Políticas públicas por identidades e de ações afirmativas: acessando gênero e raça, na classe, focalizando juventudes. Disponível em: http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/28334-28345-1-PB.pdf.</p>
DISCIPLINA:	Gênero, políticas públicas e educação em direitos humanos
CARGA HORÁRIA:	30 h/a
HORAS PRESENCIAIS:	4 h/a
HORAS À DISTÂNCIA:	26 h/a
EMENTA:	Políticas de ação afirmativa para a promoção da igualdade de gênero e respeito à diversidade sexual. Gênero, sexualidade e cidadania. Movimentos Feministas e LGBTTT. (In)tolerância religiosa e Diálogos Multirreferenciais. Direitos Humanos: Diferenças e Desigualdades.
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	<p>AGUIAR, Neuma (org.). Gênero e Ciências Humanas: o desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos, 1997.</p> <p>BENTO, Berenice; PELUCIO, L. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. <i>Revista Estudos Feministas (UFSC. Impresso)</i>, v. Vol. 2, p. 123-155, 2012.</p> <p>_____. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. <i>Revista Estudos Feministas, Florianópolis</i>, v. 19, n. 2, 2011.</p> <p>BENTO, Berenice. Corpo-Projeto. <i>Revista Estudos Feministas (UFSC. Impresso)</i>, v. 17, 2009.</p>

	<p>CASTRO, Mary Garcia. Políticas públicas por identidades e de ações afirmativas: acessando gênero e raça, na classe, focalizando juventudes. Disponível em: http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/28334-28345-1-PB.pdf</p> <p>CARNEIRO, Sueli. Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro Edições, 2011.</p> <p>COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.</p> <p>FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. Revista Estudos Feministas, Florianópolis-SC, v. 12, n. 1, p.47-71, 2004.</p> <p>NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. Estudos Feministas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão/UFSC. Florianópolis, santa Catarina, v.s, n.2, p.9-41, 2000.</p> <p>GROSSI, Miriam. Identidade de Gênero e Sexualidade. Antropologia em Primeira Mão, n. 24, PPGAS/UFSC, Florianópolis, 1998.</p> <p>GUIMARÃES, Raquel. Gênero e deficiência: um estudo sobre as relações de cuidado. In: DINIZ, Debora; SANTOS, Wederson (Org.). Deficiência e discriminação. Brasília: Letras Livres, 2010. p. 197-2</p> <p>MELLO, Luiz Mello; MAJORA, Walderes Brito, Daniela. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. Cadernos Pagu, v.39, p.403-429.jul.- dez. 2012:</p> <p>SIMÕES, Júlio Assis. Homossexualidade e Movimento LGBT: estigma, diversidade, cidadania. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moitz. Agenda Brasileira: temas de uma sociedade em mudança. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 234-245.</p>
DISCIPLINA:	Colonialidade, interculturalidade, branquitude e movimentos sociais na luta pela igualdade de gênero
CARGA HORÁRIA:	30 h/a
HORAS PRESENCIAIS:	4 h/a
HORAS À DISTÂNCIA:	26 h/a
EMENTA:	A história dos conceitos étnico-raciais. A particularidade

	<p>caribenha, a luta e teoria antirracista negra estadunidense, os africanos na luta contra colonização, o ativismo negro brasileiro. A política pública de ação afirmativa. Os movimentos sociais, a igualdade e o reconhecimento da diferença. O feminismo negro, os estudos sobre a branquitude, os estudos descoloniais, o pensamento africano contemporâneo. A interculturalidade crítica.</p>
<p>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:</p>	<p>ANZALDÚA, Gloria. Movimientos de rebeldia y las culturas que traicionam. In: Otras inapropiables: feminismos desde las fronteras. Tradução Rocío Macho Ronco et al. Madrid: Traficantes de Sueños, 2004. pp. 71 - 80.</p> <p>CARDOSO, Lourenço C. O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre a branquitude no Brasil. Tese [Doutorado]. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2014.</p> <p>CARDOSO, Lourenço C e Muller, Tânia. Branquitude: Estudos sobre a identidade branca no Brasil. Curitiba: Editora Appris, 2017.</p> <p>DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.</p> <p>FANON, Frantz Os Condenados da Terra. 2ª ed., Trad. José Laurênio de Melo, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.</p> <p>_____. Pele negra máscaras brancas. 2ª Edição, Trad. Alexandre Pomar, Porto: Paisagem Editora, 1975.</p> <p>_____. Em defesa da revolução africana. Terceiro Mundo, Tradução de Isabel Pascoal, Portugal: Livraria Sá da Costa Editora, 1980.</p> <p>GONZALEZ, Lélia. “A categoria político-cultural de amefricanidade”. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 92/ 93, p. 69-82, jan./jun. 1988a.</p> <p>GONZALEZ, Lélia. “Por um feminismo afrolatinoamericano”. Revista Isis Internacional, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988b.</p> <p>MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Identidade Nacional versus Identidade Negra. 2. ed., Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2004.</p> <p>RAMOS, Alberto Guerreiro. Introdução crítica à sociologia brasileira. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.</p> <p>SANTOS, B.S. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. vol. 1, 4ª Ed. Cortez: Editora, 2002.</p>
DISCIPLINA:	Gênero e sexualidades no ambiente escolar
CARGA HORÁRIA:	30 h/a
HORAS PRESENCIAIS:	4 h/a
HORAS À DISTÂNCIA:	26 h/a
EMENTA:	As sexualidades como construção histórico-cultural, política e

	<p>discursiva. Abordagens contemporâneas de Educação Sexual e Diversidade. Estudos de gênero e educação: história, conceitos e movimentos sociais, políticos e educacionais. Escolarização brasileira e educação para a diversidade sexual e equidade de gênero. Recursos didático-pedagógicos e disposições curriculares para a Educação da Diversidade Sexual e da Equidade de Gênero - na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. Interfaces entre gênero, equidade, orientação e diversidade sexual. Preconceito, discriminação, diferença, alteridade e identidades culturais (feminista, gay, lésbica, trans e queer).</p>
<p>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:</p>	<p>MELO, S. & POCOVI, R. Caderno Pedagógico Educação e Sexualidade. Florianópolis: UDESC/CEAD 2002.</p> <p>FIGUEIRÓ, M. N. D. Formação de educadores sexuais: adiar não é mais possível. Campinas: Mercado de Letras; EDUEL, Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2006.</p> <p>FURLANI, Jimena (Org.). Direitos Humanos, Direitos Sexuais e Pedagogia Queer: o que essas abordagens têm a dizer à Educação Sexual? In Junqueira, Rogério Diniz (org). Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.</p> <p>SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.</p> <p>MELO, Sônia. & POCOVI, Rosi. Caderno pedagógico educação e sexualidade. Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia 2010/02. Florianópolis: UDESC/CEAD, 2002.</p> <p>FURLANI, Jimena (Org.). Educação sexual na escola: equidade de gênero, livre orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Florianópolis: UDESC (Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina); SECAD/Ministério da Educação, 2008.</p> <p>LOURO, Guacira L. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997</p> <p>NUNES, César A. Desvendando a sexualidade. Campinas: Papyrus, 2006. Olhares Feministas / Hildete Pereira de Melo, Adriana Piscitelli, Sônia Weidner Maluf, Vera Lucia Puga (Orgs.). – Brasília : Ministério da Educação : UNESCO, 2006.</p>

	SILVA. Tomaz T. (org) Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Stuart Hall e Kathryn Woodward. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
DISCIPLINA:	Gênero, políticas educacionais e escola inclusiva
CARGA HORÁRIA:	30 h/a
HORAS PRESENCIAIS:	4 h/a
HORAS À DISTÂNCIA:	26 h/a
EMENTA:	Educação Inclusiva e Cultura da Diversidade como referência para repensar as disposições políticas e legais da escola. O enfrentamento das desigualdades de gênero e a promoção da escola inclusiva. A mudança dos paradigmas, a inclusão e as reformas da escola democrática e participativa. Diversidade sexual e políticas didático-curriculares de inclusão. Pessoas com necessidades educacionais especiais e inclusão. Políticas públicas de inclusão no contexto escolar. Educação inclusiva e projetos políticos pedagógicos. Fundamentos e recursos pedagógicos para inclusão: acessibilidade, diversidade, alteridade, multirreferencialidade e tecnologias assistivas.
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	<p>VIZIM, M.; SILVA, S. (org). Políticas Públicas: educação, tecnologias e pessoas com deficiência. Campinas: Mercado das Letras/Associação de Leitura do Brasil, 2003.</p> <p>GÓES, M.C.R.; LAPLANE, A.L.F. Políticas e práticas de educação inclusiva. Campinas: Autores Associados, 2013.</p> <p>BARROS, José Márcio. Diversidade cultural: da proteção à promoção . Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 159 p. ISBN 9788575263280.</p> <p>GÊNERO E EDUCAÇÃO PARA TODOS: o salto rumo à igualdade. Relatório conciso. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, 2003.</p> <p>LOURO, Guacira Lopes. Gênero: questões para a educação. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra (Org.). Gênero, democracia e sociedade brasileira. São Paulo: 34: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 227 – 242. _____. Gênero. A emergência do gênero. In: _____. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 14 – 36.</p> <p>MITLLER, Peter. Educação Inclusiva: contextos sociais. Porto Alegre: Artes Médicas, 2003.</p> <p>NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. Revista Estudos Feministas, Florinópolis, SC. v.8, n.2, 2000. Disponível em:</p>

	<p>https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917 Acesso em : 25 maio 2017</p> <p>RIGOTTI, J. I. R. e CERQUEIRA, C. A. As bases de dados do INEP e os indicadores educacionais: conceitos e aplicações. In: Introdução à demografia da educação/Eduardo Luiz G. Rios-Neto e Juliana de Lucena Ruas Riani (orgs.) – Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, 2004.</p> <p>ROSEMBERG, Fúlvia. Educação formal e mulher: um balanço parcial da bibliografia. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org.). Uma questão de gênero. São Paulo: Rosa dos Tempos: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 151 – 182.</p> <p>_____. Políticas educacionais e gênero: uma balanço dos anos 90. Cadernos Pagu (16), 2001, p. 151-197.</p> <p>SKLIAR, C. Pedagogia (improvável) da diferença. E se o outro não estivesse aí? Rio de Janeiro: DP&A, 2003.</p> <p>SILVEIRA, Maria Lucia da. Políticas públicas de gênero: impasses e desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva da igualdade. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lucia da (Org.). Políticas públicas e igualdade de gênero. São Paulo: Coordenadoria Geral da Mulher, 2004. p. 65-75.</p>
DISCIPLINA:	Gênero, raça/etnia e feminismos
CARGA HORÁRIA:	30 h/a
HORAS PRESENCIAIS:	4 h/a
HORAS À DISTÂNCIA:	26 h/a
EMENTA:	As interrelações entre as categorias de Gênero e “Raça”. Análise dos movimentos sociais feministas negro e indígena. Abordagem conceitual.
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	<p>CARNEIRO, Sueli. Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil. São Paulo, Selo Negro Edições, Coleção Consciência Negra em Debate, 2011.</p> <p>GOMES, Nilma Lino. Corpo e Cabelo como Símbolos da Identidade Negra. 2002. Disponível em: http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:V_dWYw23SB0J:www.rizoma.ufsc.br/pdfs/</p> <p>PEREIRA, Amauri Mendes. Trajetória e Perspectivas do Movimento Negro Brasileiro. Rio de Janeiro, Nandyala, 2008.</p> <p>SUÁREZ, Mireya. Desconstrução das Categorias “Mulher” e “Negro”. Brasília, Série Antropologia, no 133, 1992. Disponível em: http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie133empdf.pdf</p>

	<p>HERNANDEZ, R. Entre el etnocentrismo feminista y el esencialismo étnico. Las mujeres indígenas y sus demandas de género. Debate Feminista, Año 12, Vol. 24 Octubre, 2001. Disponível em: <http://historia.ihnca.edu.ni/ccss/dmdocuments/Bibliografia/CCSS2009/adicional/Entre_el_etnocentrismo_feminista.pdf>. Acesso em: dez.2013.</p> <p>MCCALLUM, Cecília. Notas sobre as categorias “gênero” e “sexualidade” e os povos indígenas. <i>Cadernos Pagu</i>, n. 41, p. 53-61, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n41/06.pdf>. Acesso em jun.2017.</p> <p>RODRIGUES, Patrícia de Mendonça. O surgimento das armas de fogo: alteridade e feminilidade entre os Javaé. Estudos Feministas, Florianópolis, p. 195, jan. 1999. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11992/11267>. Acesso em: jun. 2017.</p> <p>SEGATO, Rita. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. e-cadernos ces [Online], 18 2012. Disponível em:<https://eces.revues.org/1533>. Acesso em: fev.2013.</p> <p>VERDUM, Ricardo (Org.). Mulheres Indígenas, Direitos e Políticas Públicas, Brasília: INESC, 2008.</p>
DISCIPLINA:	Violência contra a mulher e políticas de enfrentamento à violência doméstica e familiar
CARGA HORÁRIA:	30 h/a
HORAS PRESENCIAIS:	4 h/a
HORAS À DISTÂNCIA:	26 h/a
EMENTA:	Violência de gênero e violência contra a mulher: conceitos e problematização. Ciclo da violência doméstica e rota crítica. Feminismos e luta contra a violência doméstica e familiar. Políticas internacional e nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres. Lei Maria da Penha: aspectos jurídicos e pedagógicos. Manejo da violência de gênero e garantia dos direitos humanos.
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	BANDEIRA, Lourdes; BATISTA, Analía Soria. Preconceito e discriminação como expressões de violência. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, 2002.

CARNEIRO, Suelaine. **Mulheres negras e violência doméstica**: decodificando os números. São Paulo: Geledes Instituto da Mulher Negra, 2017.

CRENSHAW, Kimberle. Mapping the margins: Interseccionalidade, Identitiy Politics, and Violence against Women collor. Disponível: <http://www.jstor.org/stable/1229039?seq=1#page_scan_tab_contents> Acessado em 10.06.2017

GROSSI, Miriam Pillar; MINELLA, Luzinete Simões; PORTO, Rozelli (Org.). **Trinta anos de pesquisas feministas brasileiras sobre violência**. Florianópolis: Editora das Mulheres, 2006.

GROSSI, Miriam. **Rimando amor e dor**: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal. In: PEDRO, Joana Maria; Grossi, Miriam Pillar (Orgs.). Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2000, p. 293-313.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e Queixas**. Um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. SP, Paz e Terra/ANPOCS, 1993.

HEILBORN, Maria Luíza. **Violência e mulher**. In: VELHO, Alvito (Org.). Cidadania e violência. 2.ed. rev. Rio de Janeiro: UFRJ, FGV, 2000, p. 90 - 99.

HEISE, L. **Violence against women: the missing agenda**. In: KOBLINSKY, M. et al. **Health of women**: a global perspective. Boulder, San Francisco & Oxford: Westview Press. 1993. p. 171 -195.

PERROT, Michelle. **Minha história de mulheres**. 2ªed. São Paulo: Contexto, 2015

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

SAGOT, M. **Ruta crítica de las mujeres afectadas por la violencia intrafamiliar em América Latina** (estudios de casos em diez países). Organización Panamericana de la salud. Programa Mujer, salud y desarrollo, 2000.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 79 - 80.

SILVEIRA, Lenira P. Serviços de atendimento a mulheres em situação de violência. Coletivo Feminista. P. 45-77.

	<p>SOARES, Bárbara Musumeci. Mulheres invisíveis: violência conjugal e novas políticas de segurança. BANDEIRA, Lourdes; TAUBE, Maria José. Quebrando silêncios, construindo mudanças: SOS / Ação Mulher. In: Mariza Corrêa (org.), <i>Gênero & Cidadania.</i> Campinas-SP, Pagu / Núcleo de Estudos de Gênero – UNICAMP, 2002.</p> <p>TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. O que é violência contra a mulher. São Paulo Brasiliense, 2002.</p> <p>UNITED NATIONS, 2006. Ending Violence Against Women: From Words to Action. Study of the Secretary-General, New York: UN.</p>
DISCIPLINA:	Gênero, corpo e direitos
CARGA HORÁRIA:	30 h/a
HORAS PRESENCIAIS:	4 h/a
HORAS À DISTÂNCIA:	26 h/a
EMENTA:	<p>Gênero, corpo e dispositivos jurídicos: algumas aproximações e críticas conceituais. A superação do paradigma clínico-jurídico da normalização/normatização. Corpo e cidadania como princípio de liberdade e autodeterminação. Igualdade de gênero e Direitos Humanos. Os direitos das mulheres. Estado laico, famílias, diversidades sexuais e políticas de superação das desigualdades e das violências de gênero. Corpo e biosociabilidades. Transgêneros, direitos e políticas públicas. Novos contextos de cidadania sexual e afetiva. Tecnologia, saúde, sexualidade e direitos reprodutivos.</p>
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	<p>ADELMAN, Miriam. Paradoxos da identidade: a política da orientação sexual no século XX. Revista de Sociologia e Política. Curitiba: UFPR. v. 14, p. 163-171. 2000.</p> <p>BENSUSAN, Hilan. Observações sobre a política dos desejos: tentando pensar ao largo dos instintos compulsórios. Estudos Feministas. Florianópolis,CFH/CCE/UFSC, v. 14, n.2, p. 445-479, 2006.</p> <p>BENTO, Berenice. O que é transexualidade? São Paulo: brasiliense, 2008. BORDO, R. Susan. O corpo e a reprodução da feminidade: uma apropriação feminista de Foucault. In: JAGGAR, M. Alison; BORDO, R. Susan. <i>Gênero, corpo, conhecimento.</i> Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p. 19 - 41. BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós- modernismo. In: <i>Cadernos Pagú.</i> Campinas: Núcleo de estudos de Gênero/UNICAMP, v.11, p. 11- 42,1998.</p>

	<p>_____. Variações sobre sexo e gênero. In: BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla. Feminismo como crítica da modernidade. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1987. p. 139-54.</p> <p>_____. “Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do ‘sexo’”. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 150-172.</p> <p>CARRARA, Sérgio; SIMÕES, Assis. Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira. In: MISKOLCI, Richard; SIMÕES, Júlio Assis (org.). Quereres. Cadernos pagú. Campinas: UNICAMP, Revista semestral do núcleo de estudos de gênero, v. 28, p. 65-99, 2007. Versão eletrônica disponível em: http://www.scielo.br/cpa.</p> <p>DE ALMEIDA, Miguel Vale. O casamento entre pessoas do mesmo sexo. sobre “gentes remotas e estranhas” numa “sociedade decente”. In: GROSSI, Miriam; UZIEL, Anna Paula; MELLO, Luiz. Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p. 153 -168</p> <p>DWORKIN, Ronald. Domínio da vida: aborto, eutanásia e liberdades individuais. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.</p> <p>FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, v.1, 11a edição, 1993.</p> <p>_____. Poder e corpo; o olho do poder; não ao sexo rei; sobre a história da sexualidade. In: _____. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, 20 ed., 2004.</p> <p>LOYOLA, Maria Andréia. A sexualidade como objeto de estudo das ciências humanas. In: Heilborn, Maria Luiza (org.). Sexualidade: o olhar das ciências sociais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999. p.31-39.</p> <p>PELÚCIO, Larissa. Três casamentos e algumas reflexões: notas sobre conjugalidade envolvendo travestis que se prostituem. Estudos Feministas. Florianópolis: CFH/CCE v. 14, n. 2, p. 522 – 534, 2006. Disponível em: e www. portalfeminista.org.br>.</p> <p>PRECIADO, Beatriz. Manifesto contra-sexual: práticas subversivas de identidad sexual. Madrid: opera prima, 2002.</p>
DISCIPLINA:	Masculinidades Positivas
CARGA HORÁRIA:	30 h/a
HORAS PRESENCIAIS:	4 h/a

HORAS À DISTÂNCIA:	26 h/a
EMENTA:	<p>Debate a respeito das masculinidades como parte dos temas abordados pelos estudos de gênero. A crítica ao machismo. Masculinidade, raça e classe. A participação dos homens na vida privada e íntima. Masculinidades Tóxicas e suas práticas. Políticas públicas para homens. Paternidades. O corpo masculino. Virilidade.</p>
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	<p>ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Nordestino: uma invenção do falo. Uma história do gênero masculino. (Nordeste, 1920/1940). Maceió: Edições Catavento, 2003.</p> <p>ALMEIDA, Miguel Vale de. Senhores de Si. Uma interpretação antropológica da masculinidade. Lisboa: Fim de Século, 1995.</p> <p>ARILHA, Margareth; RIDENTI, Sandra G. Unbehaim; MEDRADO, Benedito. Homens e masculinidades: outras palavras. Editora 34, 1998.</p> <p>BATISTA, Luís Eduardo. Masculinidade, raça/cor e saúde. In: Ciência & Saúde Coletiva. v. 10, n. 1, 2005.</p> <p>BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. 2. ed. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.</p> <p>COMEL, Nelsina Elizena Damo. Paternidade responsável. Juruá, 2003.</p> <p>CORBIN, Jean-Jacques, COURTINE, Jean-Jacques, VIGARELLO, Georges. (Orgs.) História da Virilidade. A invenção da virilidade da Antiguidade às Luzes. 3 v. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.</p> <p>COSTA, Rosely Gomes. Saúde e masculinidade: reflexões de uma perspectiva de gênero. In: Revista Brasileira de Estudos de População. v. 20, n. 1, p. 79-92, 2003.</p> <p>FARIA, Durval Luiz de. O pai possível: conflitos da paternidade contemporânea. 2003.</p> <p>LYRA, Jorge. Homem, jovem, negro e pobre: um novo sujeito para as políticas públicas? In: Juventude, Mobilização Social E Saúde. 2010, n. 36.</p> <p>MEDRADO, Benedito et al. (Orgs.). Homens e masculinidades: práticas de intimidade e políticas pública. Recife: Instituto Papai, 2010.</p> <p>_____. Homens: tempos, práticas e vozes. Recife: Instituto Papai, 2004.</p>

	<p>_____. LYRA, Jorge. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre os homens e masculinidades. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ref/v16n3/05 Acessado em 10.06.17</p> <p>MUSSKOPF, André; STRÖHER, Marga J. Corporeidade, etnia e masculinidade. São Leopoldo: Sinodal, 2005.</p> <p>NOLASCO, A. O Mito da Masculinidade. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.</p>
--	---

DISCIPLINA:	Metodologia da Pesquisa em Gênero e Direitos Humanos
CARGA HORÁRIA:	60 h/a
HORAS PRESENCIAIS:	8 h/a
HORAS À DISTÂNCIA:	52 h/a
EMENTA:	Introdução à pesquisa em gênero e suas possibilidades teórico-metodológicas e analíticas. Metodologias de pesquisa desenvolvidas a partir de teorias feministas. Diferentes abordagens quanto à pesquisa em gênero. Perspectivas da pesquisa em gênero descolonizadas, interseccionais e interculturais.
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	<p>BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. <i>Cadernos Pagu</i>, vol. 26, 2006.</p> <p>COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a <i>outsider within</i>: a significação sociológica do pensamento feminista negro. <i>Revista Sociedade e Estado</i>, v. 31, nº 1, janeiro-abril de 2016.</p> <p>HARAWAY, Donna. Saberes localizados. A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. <i>Cadernos Pagu</i> (5), p. 7-41, 1995.</p> <p>HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2013. (Introdução, capítulos 1, 8 e 12)</p> <p>HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. <i>Revista Brasileira de Ciência Política</i>, nº 16. Brasília, janeiro - abril de 2015.</p> <p>LUGONES, Maria. Colonialidad y Género. <i>Tabula Rasa</i>, núm. 9, julio-diciembre, 2008, pp. 73-101. Universidad Colegio Mayor de Cundinamarca Bogotá, Colombia.</p> <p>LUGONES, Maria. Hacia un feminismo descolonial. La manzana de la discordia, Julio - Diciembre, Año 2011, Vol. 6, No. 2: 105-119.</p>

	<p>MAMA, Amina. “Será ético estudar a África? Considerações preliminares sobre pesquisa acadêmica e liberdade”. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010. p. 603-637.</p> <p>OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o Gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Tradução para uso didático de: OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. <i>Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies</i>. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. CODESRIA Gender Series. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8 por Juliana Araújo Lopes.</p>
DISCIPLINA:	TCC
CARGA HORÁRIA:	60 h/a
HORAS PRESENCIAIS:	8 h/a
HORAS À DISTÂNCIA:	52 h/a
EMENTA:	Trabalho de Conclusão de Curso. Produção de Artigo Científico.
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	<p>CHIZZOTTI, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais. São Paulo, Cortez, 1991. 4. DEMO, P. <i>Metodologia científica em ciências sociais</i>. São Paulo, Atlas, 1985.</p> <p>FAZENDA, I. et al. Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo, Cortez, 1991.</p> <p>HAGUETTE, M. T. V. Metodologias qualitativas na sociologia. Petrópolis, Vozes, 1992.</p> <p>LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo, Atlas, 1985.</p> <p>LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo, EPU, 1986.</p> <p>MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo/ Rio de Janeiro, HUCITEC/ABRASCO, 1983.</p> <p>MINAYO, M. C. S. et al. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, Vozes, 1994.</p> <p>REY, L. Planejar e redigir trabalhos científicos. São Paulo, Editora Edgard Blücher Ltda., 1988.</p> <p>RUDIO, F. V. Introdução ao projeto de pesquisa científica. Petrópolis, Vozes, 1994</p>

5. CORPO DOCENTE

QUANTITATIVO	
TOTAL DE DOCENTES:	08

TOTAL DOCENTES UNILAB:	08
TOTAL DOCENTES DE OUTRAS IES:	-
TITULAÇÃO	
TOTAL DE DOUTOR:	08
TOTAL DE MESTRE:	-
TOTAL DE ESPECIALISTA:	-

6. DISCIPLINA/ PROFESSOR RESPONSÁVEL

DISCIPLINA	PROFESSOR/A	TITULAÇÃO	CARGA HORÁRIA
INTRODUÇÃO AO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GÊNERO, DIVERSIDADES E DIREITOS HUMANOS - MODALIDADE À DISTÂNCIA - E AO AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA).	CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA BEZERRA	DOUTOR	30H
GÊNERO E INTERSECCIONALIDADES: OS DESAFIOS EDUCACIONAIS E O CONHECIMENTO DO MUNDO SOCIAL CONTEMPORÂNEO	PEDRO ROSAS MAGRINI	DOUTOR	30H
GÊNERO, POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	FRANCISCO VITOR MACEDO PEREIRA	DOUTOR	30H
Colonialidade, interculturalidade, branquitude e movimentos sociais na luta pela igualdade de gênero	LOURENÇO DA CONCEIÇÃO CARDOSO	DOUTOR	30H
Gênero e sexualidades no ambiente escolar	LUMA NOGUEIRA ANDRADE	DOUTORA	30H
Gênero, políticas educacionais e escola inclusiva	FRANCISCO VITOR MACEDO PEREIRA	DOUTOR	30H

GÊNERO, RAÇA/ETNIA E FEMINISMOS	LUANA ANTUNES COSTA	DOUTORA	30H
Violência contra a mulher e políticas de enfrentamento à violência doméstica e familiar	VIOLETA MARIA DE SIQUEIRA HOLANDA	DOUTORA	30H
GÊNERO, CORPO E DIREITOS	LUMA NOGUEIRA ANDRADE	DOUTORA	30H
Masculinidades Positivas	CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA BEZERRA	DOUTOR	30H
Metodologia da Pesquisa em Gênero e Direitos Humanos	JANAÍNA CAMPOS LOBO	DOUTORA	60H
TCC	TODXS	DOUTORES/AS	60H

7. INFRAESTRUTURA FÍSICA, TECNOLÓGICA E PESSOAL DE APOIO

PROPOSTA DO CURSO	
INFRAESTRUTURA FÍSICA:	Salas de aula, biblioteca, laboratórios áreas de acesso especiais – instalações asseguradas aos professores e alunos do curso proposto.
TECNOLÓGICA:	Equipamentos. Tecnologia empregada: plataforma, ferramentas, recursos de multimídia, produção de material de apoio, sessões presenciais, tutoria, monitoria e outras informações relevantes.
PESSOAL DE APOIO	Secretário e auxiliar administrativo.